

## **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PLATAFORMAS**

**Data:** 24 de junho de 2008

**Local:** IBP-Rio de Janeiro

**Participantes:** José Roberto de Novaes Moniz de Aragão (MTE/SIT/DRT/RJ); Julio Cesar Colpo (MS-ANVISA); Luiz Sérgio Brandão de Oliveira (MTE/SRTE/RJ); José Roberto Paulon (Marinha do Brasil – DPC); Augusto Madruga (FUNDACENTRO); Antonio Colucci (FUNDACENTRO); Odilon Braga (CONTTMAF); Cairo Corrêa (FUP); Armando Freitas (SINPETRO/NF); Adilson Garrido (FUP); Jailson Bispo Ferreira (CONTTMAF); Oton Luiz Corrêa (ABESPETRO); Maria Cristina Reis (PETROBRAS-Assessora Técnica); Carlos Alberto Monteiro (PETROBRAS); Sérgio Dacorso (SYNDARMA); Luiz Moschini de Souza (IBP); Armando Vidigal (SYNDARMA); Antonio Sérgio Lemos (ANVISA-Convidado); Juliana Victal Mesquita (Pride do Brasil –Convidada)

1. A reunião iniciou-se com o quorum mínimo necessário
2. Inicialmente foi aprovada e assinada a ATA da 18ª RO sem alterações, com correção no nome do Sr. Sérgio Dacorso.
3. Em seguida retomou-se a discussão do tema: **OBRAS DE CONSTRUÇÃO MANUTENÇÃO E REPAROS**
4. Abrindo a palavra o Sr. Coordenador apresentou proposta alternativa para encaminhamento da discussão do tema, porém as bancadas decidiram por continuar na mesma linha anteriormente adotada.
5. Deu-se sequência aos debates esgotando-se todos itens pautados e resultando na aprovação do tema com apenas uma ressalva, conforme abaixo:

### **Atividades de CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO ou REPARO a bordo de plataformas (Modificados e aprovados na 19ª)**

**Considerações Preliminares:** Nas Plataformas e suas Instalações de Apoio aplica-se a NR-18, devendo em função de particularidades de Projeto, Instalação e Operação, considerar-se na sua aplicação as disposições dos itens a seguir:

1. É obrigatória comunicação pelo operador da instalação à Superintendência Regional do Trabalho, antes do seu início, da realização **de atividades de construção, manutenção ou reparo** a bordo que impliquem em aumento da população da plataforma acima do cartão de lotação aprovado pela autoridade marítima, ou aumento acentuado do risco avaliado através de uma Análise Preliminar de Risco – APR ou instrumento similar de análise de risco

#### **1.1 A comunicação deve conter as seguintes informações relativas à atividade:**

- a. Identificação da Plataforma ou instalação de apoio onde ocorrerá a **atividade de construção, manutenção ou reparo**;
- b. endereço e qualificação das empresas contratadas, junto ao MPAS (CEI) e junto ao MF (CNPJ);
- c. descrição **das atividades**;
- d. datas previstas do início e conclusão da atividade;

- e. número máximo previsto de trabalhadores na atividade .
  - f. APR ou instrumento similar de análise de risco, quando solicitado.
- 2. Sempre que for obrigatória a comunicação deve ser elaborado um PCMAT com no mínimo o seguinte conteúdo:
  - a. Memorial descritivo das **atividades**
  - b. Identificação dos riscos e definição das medidas de controle
  - c. Programa educativo contemplando a temática de acidentes e doenças do trabalho
- 3. Aos trabalhadores das **atividades de construção, manutenção ou reparos** realizadas a bordo **de plataformas e instalações de apoio** devem ser proporcionadas áreas de vivência com condições de conforto e segurança equivalentes àquelas oferecidas aos demais trabalhadores a bordo.
- 4. Atividades **de construção, manutenção ou reparos** realizadas com concurso de flutuantes devem ser aprovadas pelo OIM ou comandante da plataforma, ou responsável por ele designado, devendo atender aos requisitos da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário e seguir as Normas da Marinha do Brasil.
- 5. **As instalações elétricas provisórias instaladas para suporte das atividades de construção, manutenção ou reparo a bordo devem ser submetidas a aprovação do comandante ou responsável por ele designado.**
- 6. **Não se aplicam às atividades de construção, manutenção e reparos a bordo de plataformas os itens da NR 18 referentes:**
  - a. ao transporte por veículos automotores devendo ser aplicadas as regras específicas deste Anexo para o transporte por helicóptero ou embarcação, inclusive quanto ao transbordo realizado por cesta.
  - b. Às áreas de vivência, devendo a elas ser aplicadas as regras específicas sobre áreas de vivência estabelecidas neste Anexo;
  - c. à demolição;
  - d. às escavações, fundações e desmonte de rochas;
  - e. carpintaria
  - f. às armações de aço;
  - g. às estruturas de concreto;
  - h. Alvenaria, revestimentos e acabamentos
  - i. Serviços em telhados, devendo ser aplicadas as regras específicas para trabalhos em altura deste Anexo.
  - j. Serviços em flutuantes, devendo ser aplicadas as regras específicas deste Anexo para “Salvagem e abandono de embarcação”

- k. Treinamento, devendo ser aplicadas as regras específicas deste Anexo para “Instruções prévias de segurança, meio ambiente e saúde a bordo”
  - l. tapumes e galerias, devendo ser aplicadas as regras específicas deste Anexo para “Sinalização de Segurança”
  - m. Dados estatísticos, devendo ser aplicadas as regras específicas deste Anexo (não houve consenso nesse item)
  - n. Comissão interna de prevenção de acidentes (CIPA), devendo ser aplicadas as regras específicas deste Anexo
  - o. comitês permanentes sobre condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção
  - p. recomendações técnicas de procedimentos – RTP
  - q. disposições gerais
  - r. disposições finais
7. **As atividades de construção, manutenção ou reparos devem ser executadas mediante procedimentos de permissão para trabalho (PT) com a adoção de medidas de proteção para o local e atividades realizadas.**
8. **As atividades de construção, manutenção ou reparo realizadas a bordo devem ser sinalizadas, e conforme o caso isoladas obedecendo as orientações técnicas e recomendações do comandante ou responsável por ele designado.**
9. todos os trabalhadores que realizem atividades **de construção, manutenção e reparos** a bordo devem possuir os treinamentos obrigatórios de segurança e salvatagem exigidos para o tipo de atividade que irão realizar .
10. Os resíduos oriundos das atividades **de construção, manutenção e reparos** realizadas a bordo devem ser tratados conforme os dispositivos legais pertinentes.
6. Em seguida o Sr. Coordenador abriu as discussões sobre o tema **CONDIÇÕES DE VIVÊNCIA A BORDO**, indicando que a bancada de Governo havia atualizado o texto anteriormente apresentado, com contribuições feitas pela ANVISA.
7. Logo após, todos os presentes manifestaram-se sobre o assunto indicando de maneira geral a importância do tema e a necessidade de adequações aos diferentes tipos de plataformas, mas sem transigir sobre condições mínimas de conforto e bem estar a bordo.

8. Os empregadores opinaram quanto a necessidade de adequar a proposta apresentada aos diferentes tipos de plataformas, sobre as quais se manifestarão com emendas ao texto.
9. Nada mais a tratar, a 20ª Reunião Ordinária ficou agendada para o dia 15 de julho de 2008, às 10:30 hs, na sede do IBP, no Rio de Janeiro, tendo como pauta a continuidade das discussões sobre o tema “**das CONDIÇÕES DE VIVÊNCIA A BORDO**” e apresentação do tema “**DA PROTEÇÃO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA MÉDICA À BORDO**”

**José Roberto de Novaes Moniz de Aragão**  
**Coordenador da Subcomissão de Plataformas**